DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.ICN-1828/2015**
PROCESSO TC/MS	:	2115/2014
PROTOCOLO	:	1476721
ÓRGÃO	:	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO/MS
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUÍZO SINGULAR
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
RESPONSÁVEL	:	THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS
INTERESSADO (A)	:	MARIA DONIZETTI BELINELLI MACEDO
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS. PELO REGISTRO.

I – RELATÓRIO:

O processo em epígrafe se refere à concessão de Aposentadoria Voluntária com proventos integrais, por parte da Secretaria de Estado de Administração/MS, a servidora Maria Donizetti Belinelli Macedo, conforme o Decreto "P" nº 526, publicado no Diário Oficial nº 8.618/2014.

A Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal, através da análise ANA-7ICE-3956/2014 (peça 2), se manifestou pelo registro da Aposentadoria Voluntária com proventos integrais, tendo em vista estar em conformidade com as normas vigentes, com a demonstração das parcelas corretamente discriminadas conforme Apostila (pág. 65), com os elementos constitutivos probatórios e o tempo de contribuição comprovado, com amparo legal previsto no artigo 41, § 1º, e 78 da Lei Federal nº 3. 150, de 22 de dezembro de 2005, c/c o artigo 147, § 1º, da Lei Complementar nº 114/2005, c/c o artigo 1º, I, da Lei Complementar Federal nº 51/85, a qual foi concedida através do Decreto "P" nº 526, publicado no Diário Oficial nº 8.618, de 17 de fevereiro de 2014.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados e por meio do parecer PAR–MPC – 603/2015 (peça 3), opinou pelo registro do ato de pessoal em apreço, nos termos do artigo 11, III, da Lei Complementar Estadual nº 148/2010, c/c o artigo 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012.

Esta é a síntese dos fatos e documentos que constituem o processo.

Conclusos vieram os autos para a decisão.

Cumpridos os pressupostos processuais, estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, Parágrafo único, II, "b" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013.

Diante do exposto, nos termos do artigo 21, III, c/c artigo 34 da Lei Complementar n° 160/2012, artigos 9º, 10, I, e 173, I, "b", todos do Regimento Interno do TC/MS, acolho o parecer ministerial e passo a decidir.

II – DECIDO:

1 - Pelo **REGISTRO** do ato de Aposentadoria Voluntária com proventos integrais, por parte da Secretaria de Estado de Administração/MS, a servidora **MARIA DONIZETTI BELINELLI MACEDO,** CPF nº 957.630.668-04, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, com a função de Escrivã de Polícia Judiciária, na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS;

2 - Pela intimação do resultado deste julgamento aos interessados, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

É a decisão.

Publique-se o julgamento na forma do artigo 65 da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 70, § 2º, da Resolução Normativa nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 19 de março de 2015.

IRAN COELHO DAS NEVES

Conselheiro-Relator